

PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E DIREITOS JUNTO A TRABALHADORAS DO SEXO.

Health and Rights Education Project for sex workers

Maria Waldenez de Oliveira¹
Fabiana Rodrigues de Sousa²
Flávia do Carmo Ferreira³

RESUMO

Neste artigo, é apresentada experiência sobre Educação e Saúde, realizada por um grupo de pesquisadoras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – SP, junto a mulheres que prestam serviços sexuais em casas noturnas. A equipe desenvolve ações educativas por meio de abordagem multidisciplinar dos temas e de estratégias participativas, a fim de apreender a complexidade deste trabalho. Os resultados apontam que o debate de cada tema possibilitou que as participantes analisassem o contexto social e econômico do trabalho sexual em geral e especificamente relacionado à saúde, bem como a condição de ser mulher em nossa sociedade e cultura. Apontam, também, para o fato de que a adoção de um planejamento flexível é imprescindível no trabalho junto a populações com mobilidade espacial, como a apresentada pelas mulheres que participaram deste trabalho.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Direitos Humanos; Prostituição; Saúde da Mulher.

ABSTRACT

This article presents the experience of researchers at the Federal University of São Carlos (SP) on health education for female sex workers. We developed educational activities by means of a multidisciplinary approach to themes and participatory strategies in order to understand the complexity of this work. The findings were that debating each theme allowed the participants to analyze the social and economic context of sex work in general, and specifically with respect to health-related issues, as well as what it means to be a woman in our society and culture. The findings also point to the fact that adoption of flexible planning is necessary when working with mobile populations, as are the women who participated in this study.

Key words: Health Education; Human Rights; Prostitution; Women's Health.

¹ Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, enfermeira, doutora em Educação. Coordenadora do *Grupo de Estudos sobre Trabalho Sexual da UFSCar*. Endereço: Rua: Abrahão João, 55, casa 5, Jardim Bandeirantes 13562-150 São Carlos SP E.-mail: dmwo@power.ufscar.br

² Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, pedagoga, mestranda em Educação, professora de Alfabetização e Língua Portuguesa

³ Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, cientista social, mestranda em Educação

O trabalho sexual

“Eu trabalho aqui não é porque eu gosto, é daqui que eu tiro meu sustento, já estou num ponto que nem me importo com o que falam de mim, sou independente.” (Débora)

“Eu frequênto uma sociedade que se souberem o que eu faço, vou sofrer preconceito, na minha cidade ninguém sabe o que eu faço, nem namorado, nem ninguém.” (Fátima)⁴

O preconceito e a discriminação que cercam o trabalho sexual e quem o exerce podem ser melhor compreendidos ao analisarmos a estigmatização em relação às trabalhadoras do sexo. Gaspar (1985) aponta que essa estigmatização é baseada numa visão de seu comportamento como desviante, por não se encaixar numa identidade feminina, socialmente construída, baseada no tripé mãe/esposa/dona-de-casa. Brukner e Finkielkraut (1981) acrescentam que o estigma se baseia numa visão que parte da anterior e a complementa, de que o comportamento dessas trabalhadoras é promíscuo, pois elas não apenas mantêm relações sexuais com inúmeros homens como, também, o fazem por dinheiro e, nesse comportamento, atuam de forma permissiva, dissociando sexo e sentimento amoroso.

Nas últimas décadas, vê-se um movimento internacional em que ativistas dos direitos, entre eles, pessoas trabalhadoras do sexo, reivindicam que a prestação de serviços sexuais seja reconhecida como trabalho e proclamam o direito de se prostituírem. (BINDMAN;DOEZEMA, 1997; REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS, 2005). Vencer o estigma “...é a grande luta pelo pleno exercício de nossos direitos humanos”, diz Gabriela Leite (2004), “...poder ser uma profissional respeitada em todos os cantos [...] se orgulhar da profissão assumida” (p.2). No Brasil, o movimento social começou a se organizar em 1979, em São Paulo, em protesto contra a violência policial. Em julho de 1987, formou-se a Rede Brasileira de Profissionais do Sexo.(BRASIL, 2002) Exercer essa atividade não é crime no Brasil e, em 2001, o movimento brasileiro conseguiu o reconhecimento da ocupação “profissional do sexo”, com sua inscrição na Classificação Brasileira de Ocupações⁵. Alcançou apoio parlamentar, que resultou em projeto de lei de Fernando Gabeira, dispondo sobre a exigibilidade de pagamento pelo serviço sexual.⁶

⁴ Relatos de trabalhadoras do sexo às autoras. Os nomes são fictícios. Todos os relatos apresentados neste artigo encontram-se nos relatórios da equipe publicados em Ferreira, 2003 e OLIVEIRA et al, 2005.

⁵ Mais informações podem ser encontradas no site do Ministério do Trabalho, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): www.mtecbo.gov.br/index.htm

⁶ Mais informações sobre o projeto, no site “Rede Brasileira de Prostitutas” (www.redeprostitutas.org.br).

Ações educativas no campo do trabalho sexual seriam mais efetivas, se considerassem todas as condições concretas em que ocorre esse trabalho e se fossem pautadas no diálogo sobre essas condições, a partir dos conhecimentos e das visões das próprias trabalhadoras (BINDMAN; DOEZEMA, 1997; WOLFFERS et al., 2000). Essa consideração deveria incluir o reconhecimento da diversidade nele presente; o serviço contratado, por exemplo, abre-se em várias possibilidades, como *strip-tease*, acompanhante, conversas, relações sexuais em várias modalidades, etc. Um outro exemplo dessa diversidade é a complexa rede da indústria sexual, que envolve, além da trabalhadora, o cliente, o gerente da casa, o *cafetão*, o dono do hotel/motel, o taxista, entre outros. (AGUSTIN, 2001; FREITAS, 1994; GASPAR, 1985; MORAES, 1995)

A desconsideração dessa realidade e dos conhecimentos e visões da trabalhadora do sexo muitas vezes resulta em uma visão dessa mulher como uma agente de risco à saúde coletiva, por vezes vitimizada, outras, estigmatizada, encobrindo sua condição de mulher e de trabalhadora. Haja vista que programas voltados à saúde dessas mulheres estão ligados, em geral, a projetos de prevenção de DST/Aids, não se articulando a outros programas públicos na esfera da saúde ou não. Ou então focam apenas as trabalhadoras, não incluindo, por exemplo, os clientes.(MUSA, 2000). Ou, ainda, quando o tema é violência e saúde, o foco é restrito à relação trabalhadora/cliente ou trabalhadora/namorado. A violência, em suas mais variadas formas, fica fora desse campo de visão ou na periferia dele, com, por exemplo, a que é exercida pelo *cafetão*, pela polícia, pelos grupos de extermínio (muitas vezes, com a colaboração de policiais⁷). A violência também está presente no não atendimento aos seus direitos sociais: faltam creches noturnas, transporte público noturno com a mesma qualidade/quantidade que o diurno, ensino supletivo vespertino, entre outros itens.

A experiência aqui relatada, ancorando-se na Educação Popular, tem como pontos de partida o reconhecimento da diversidade cultural e o respeito pelos “saberes de experiência feitos”⁸ (FREIRE, 1992. p 85), buscando, através do diálogo igualitário, a humanização de todas e todos os participantes.

⁷ Denúncias feitas no grupo de discussão “*Indústria del sexo*”, que congrega trabalhadores/as da indústria do sexo, pesquisadores/as e outros/as colaboradores/as de países de língua romana.

⁸ “Defendo a necessidade que temos, educadoras e educadores progressistas, de jamais subestimar ou negar os saberes de experiência feitos. ...subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência sócio-cultural é, ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca de uma ideologia elitista... Negação do saber popular [é] tão contestável quanto sua mitificação, quanto sua exaltação, de natureza ‘basista’.” (Freire, 1992, p. 85).

Algumas palavras sobre nosso trabalho em São Carlos

“Quando fui dar queixa do estupro, o delegado me tratou mal porque eu sou prostituta e ainda perguntou se eu estava com cheque roubado e queria sustar”. (Diana)

“Eu acho que direitos humanos é viver, ser feliz, ter amor na vida.” (Deyla)

“Se você acha que tem esse direito, luta pra conseguir. Antigamente as prostitutas não podiam nem ir ao mercado e hoje fazem até faculdade.”(Fernanda)

1. Objetivos

O projeto teve início em 1998, tendo como objetivos: 1) levantar questões e temas a serem abordados em ações educativas dialógicas junto à trabalhadoras do sexo; 2) levantar informações sobre o trabalho sexual e sobre a trabalhadora do sexo em São Carlos; 3) debater temas relacionados a direitos humanos e sexuais e promoção da saúde; 4) verificar a adequabilidade da metodologia utilizada.

Sendo um projeto acadêmico, não atende a todo o segmento das trabalhadoras do sexo de São Carlos. A partir de ações localizadas, procura contribuir na construção de conhecimento sobre educação e saúde no contexto do trabalho sexual, trazendo reflexões e recomendações à formulação de políticas públicas.

2. Quem são as trabalhadoras do sexo de São Carlos

As trabalhadoras com as quais conversamos oferecem seus serviços em casas noturnas (*boites*) de São Carlos, residindo em espaços contíguos a essas casas. São todas maiores de 18 anos, com ensino fundamental completo. Em sua maioria, são separadas e com filhos, já exerceram outros trabalhos (por exemplo, de auxiliar de escritório ou de babá) e estão no trabalho sexual há cerca de quatro anos. A escolha pelo trabalho sexual é baseada em uma opção por melhores ganhos financeiros, como explica esta trabalhadora:

“Escolhi a noite porque precisava de dinheiro, mas já estou conseguindo pagar as minhas contas. Em menos de um mês saio daqui. Quero voltar a morar com os meus pais e procurar outro trabalho. Isso aqui não é vida, vou ficar aqui por pouco tempo”. (Fabiana)

A escolha por esse trabalho é permeada por conflitos. Ao lado do sofrimento produzido pelo estigma e pelo descompasso entre a decisão de exercê-lo ou não, encontra-se uma relativa liberdade pela autonomia, seja financeira seja relacionada à mudança de local de trabalho. Sobre a liberdade, fala *Dalva*:

“Na noite é que aprendi o que é a vida, aqui eu tenho liberdade, tenho meu dinheiro. Quando era casada o meu marido mandava em mim. A noite é o ‘fervo’. Quem sabe um dia abro uma loja de roupa na minha cidade. Toda a minha família sabe o que eu faço não escondo nada de ninguém”.

Esse conhecimento por parte da família não é comum. Em nossas conversas, inúmeras trabalhadoras afirmam que revelar sua atividade para a família as deixará expostas, bem como seus familiares (filhos incluídos), ao preconceito e à discriminação.

Sobre a convivência na casa, as regras são as mesmas, tanto para as mulheres que lá estão há mais tempo, quanto para as recém-chegadas. O relato abaixo aponta que cada uma deve realizar sua parte no cuidado de seus espaços e pertences individuais, não havendo obrigações coletivas em relação ao cuidado geral da casa:

“A gente não tem obrigações na casa, cada uma deve cuidar de suas coisas e estar no salão às oito”. (Débora)

Nota-se, nesse relato, uma obrigação em comum: apresentar-se ao abrir o salão, geralmente por volta das 20 ou 21h, para recepcionar os primeiros clientes.

As casas estão abertas ao público no período noturno. Pela manhã, as trabalhadoras descansam. Durante a tarde, algumas realizam serviços sexuais com os chamados “clientes fixos” (que as contatam por telefone) e as demais descansam, assistem à televisão ou saem para compras ou passeios. Nos sábados, à tarde, é comum a realização de churrascos na casa, com a participação de clientes. O trabalho é diário, havendo, em geral, folga no domingo. Nesse dia, grande parcela dessas mulheres regressa para sua cidade de origem, com intuito de visitar filhos e/ou outros familiares. Nas festas de final de ano, é comum uma diminuição da demanda, período no qual as trabalhadoras aproveitam para passar algumas semanas com seus familiares.

3. Metodologia

O projeto foi construído por etapas, o que permitiu seu aprimoramento e sua constituição como experiência. Iniciou-se no 1º semestre de 1998, em uma casa noturna (Casa 1), com atividades semanais, totalizando cinco semanas. No segundo semestre, incorporou-se uma nova casa (Casa 2), sendo que as atividades na Casa 1 passaram a ser realizadas mensalmente, e, na Casa 2, semanalmente. Paulatinamente, outras casas foram sendo incorporadas e algumas retiradas, devido ao seu fechamento.

A equipe, inicialmente formada por estudante e profissionais da Enfermagem, também foi ampliada, devido ao interesse das trabalhadoras em debater outros temas. Temos tido a participação de estudantes de outros cursos da UFSCar, como Pedagogia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Biologia, Artes e Ciências Sociais. Em 2005, a equipe era composta por profissionais da Saúde, Educação e Ciências Sociais e por estudantes das áreas de Educação e Artes. Quando necessário, buscamos assessoria de médicos, que atuam voluntariamente. Essa composição multidisciplinar permite visões diversificadas sobre o trabalho sexual e um planejamento de estratégias diversas e complementares.

Há uma grande mobilidade espacial das mulheres nas casas, relacionada à maior ou menor demanda por seus serviços. Devido a essa mobilidade, o projeto é reiniciado semestralmente, quando contatamos o/a gerente e marcamos um encontro com as trabalhadoras. Nesse encontro, apresenta-se o projeto, a equipe da UFSCar e suas intenções. Debatemos, também, as expectativas das trabalhadoras e da equipe sobre o projeto e levantamos temas para elaboração do cronograma temático semestral.

A prioridade dos temas é definida pelas trabalhadoras, tendo-se apresentado diferente em cada casa. Elaboramos, conjuntamente, um cronograma temático flexível, permitindo que esses temas possam ser debatidos a qualquer momento. Face à mobilidade das trabalhadoras, esse procedimento tem se mostrado adequado, pois nem sempre todas as trabalhadoras que estavam presentes no levantamento e definição de cronograma estão na ocasião dos encontros propriamente ditos. Tal procedimento demanda flexibilidade e uma revisão constante por parte da equipe. Nossa postura, nos encontros, tem sido a de debater e refletir sobre situações reais relacionadas ao tema em foco e, sempre que possível, buscar que tais reflexões sejam acompanhadas de propostas de ações, visando enfrentar os problemas identificados. Ao final fazemos, conjuntamente, a avaliação sobre o encontro e sobre o que havia sido planejado para o próximo. Os encontros são realizados no período vespertino, nas casas noturnas, com duração de uma hora e meia ou duas horas. O número de participantes oscila entre 2 e 5 mulheres por encontro. Anualmente, apresentamos ao/à gerente e às trabalhadoras os resultados do trabalho e um plano preliminar para o ano posterior.

Os depoimentos das trabalhadoras e as observações e impressões da equipe são registrados em diário de campo, o que vem propiciando a análise tanto da metodologia e do conteúdo das ações, quanto da realidade do trabalho sexual. Esses resultados são compartilhados com as trabalhadoras e com o/a gerente da casa.

Resultados e conclusões

O desenvolvimento das atividades de extensão e pesquisa ao longo dos anos possibilitou a convivência com as pessoas que atuam nas casas noturnas e a construção de vínculos. As atividades desenvolvidas pela equipe da UFSCar foram ganhando confiança e participação por parte das trabalhadoras e de outras pessoas que convivem nesse ambiente, como funcionários, gerentes e proprietários dos estabelecimentos.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, diversos temas foram debatidos, tais como: aids, DST, contracepção, aborto, câncer de mama e colo de útero e saúde da mulher, discriminação/preconceito, violência, sistema de saúde, uso e abuso de drogas, direitos humanos e sexuais, código penal, trabalho sexual, *stress*/depressão, relacionamento amoroso e familiar, construção social da identidade feminina e das relações de gênero, auto-defesa, auto-organização e movimento social, sonhos e expectativas de vida, entre outros. Essa listagem deve ser vista não apenas como um ponto de partida para os encontros, mas também como uma primeira e importante aproximação da complexa realidade do trabalho sexual.

Os debates abrangeram a multiplicidade de aspectos envolvidos em cada tema. “Uso de preservativos”, por exemplo, compreendeu tanto procedimentos seguros, quanto iniquidade social, competição entre trabalhadoras, violência e discriminação. No debate sobre “violência”, pôde-se pensar coletivamente a condição da mulher em nossa sociedade, debatendo-se: assédio sexual, estupro, espancamento, maus-tratos pelo ginecologista, conversando-se sobre nossa indignação, nossos medos e impotências. De 1998 a 2004, tivemos o seguinte quadro de participação⁹:

Quadro 1: Participação de trabalhadoras nos encontros, de 1998 a 2004

<i>Ano</i>	<i>Número de casas</i>	<i>Participantes</i>
1998	2	23
1999	4	46
2000	4	32
2001	3	17
2002	3	21
2003	2	24
2004	2	20

⁹ O relatório de 2005 não havia sido terminado, quando do fechamento deste artigo (nov./2005).

A forma de “conversa” dos encontros propiciou troca de idéias e informações, o que foi avaliado positivamente pelas participantes, já que algumas dificuldades eram comuns, mas eram poucas as oportunidades de debaterem coletivamente seus problemas e alternativas de soluções. A mobilidade das trabalhadoras e o fechamento de algumas casas por vezes não permitiram o aprofundamento de questões e a busca de soluções. Mas, mesmo nesses casos, os relatos dessas mulheres apontaram embriões de soluções, que reforçam a necessidade de se prosseguir no esforço de buscar parcerias com o sistema público de saúde, social e de justiça.

Referências

AGUSTIN, L. Trabajar en al industria del sexo. Disponível em: <www.nodo50.org/mujeresred/laura_agustin-1.html>. Acesso em: 2 de nov. de 2001.

BINDMAN, J.; DOEZEMA, J. **Redefining prostitution as Sex Work on the International agenda**. In: Network of Sex work projects. 1997. Disponível em: <www.walnet.org/csis/groups/nsmp/index.html>. Acesso em: 23 maio 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do Sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRUCKNER, P.; FINKIELKRAUT, A. **A nova desordem amorosa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, F. C. **O espaço da casa: a prostituição em ambientes fechados e a formação de uma identidade coletiva**. Relatório final de bolsa PIBIC/ CNPQ. São Carlos: UFSCar, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, R. S. Prostitutas, cafetinas e policiais: a dialética das ordens opostas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. - , 1994.

GASPAR, M. D. **Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEITE, G. **O aniversário da neta**. Jornal Beijo da Rua. Rio de Janeiro: DAVIDA. Maio de 2004. Disponível em: <www.beijodarua.com.br> Acesso em: 24 fev. 2005.

MORAES, A. F. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MUSA (Mulher e Saúde) - Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher. **Práticas sexuais e reprodutivas de profissionais do sexo da “Zona Grande” de Belo Horizonte e a prevenção às DST/HIV/Aids**: relatório final. Belo Horizonte, Julho 2000.

OLIVEIRA, M. W.; PEREIRA, L. F.; SILVA, C. P.; FERREIRA, F. C.; ZOPPI, M. E.; MORENO, J. **Diálogo sobre a realidade do trabalho sexual**: relato de uma experiência brasileira de 1998-2001. In: Network for sex work projects. Disponível em: <<http://www.nswp.org/pdf/OLIVEIRA-SOBRE.PDF>>. Acesso em: 17 jul. 2005.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS. **Filosofia e valores centrais**. Disponível em: <<http://www.redeprostitutas.org.br/>>. Acesso em: 17 de julho de 2005.

WOLFFERS, I.; KALLY, P.; KWAAK; A. van der. **Sex work in times of AIDS, caught between the visible and the invisible**: East and Southeast Asia compared. Proceedings of workshop “Health, sexuality and civil society in East Asia”. Amsterdam: International Institute of Asian Studies. 2000. Disponível em: <www.med.vu.nl/hcc/>. Acesso em: 20 mar. 2002.

Submissão: setembro de 2005

Aprovação: dezembro de 2005
